

REGIÕES METROPOLITANAS

• Um espelho da má qualidade de vida

O Brasil tem apresentado um expressivo crescimento de sua população urbana nas últimas décadas, sobretudo a partir de 1950.

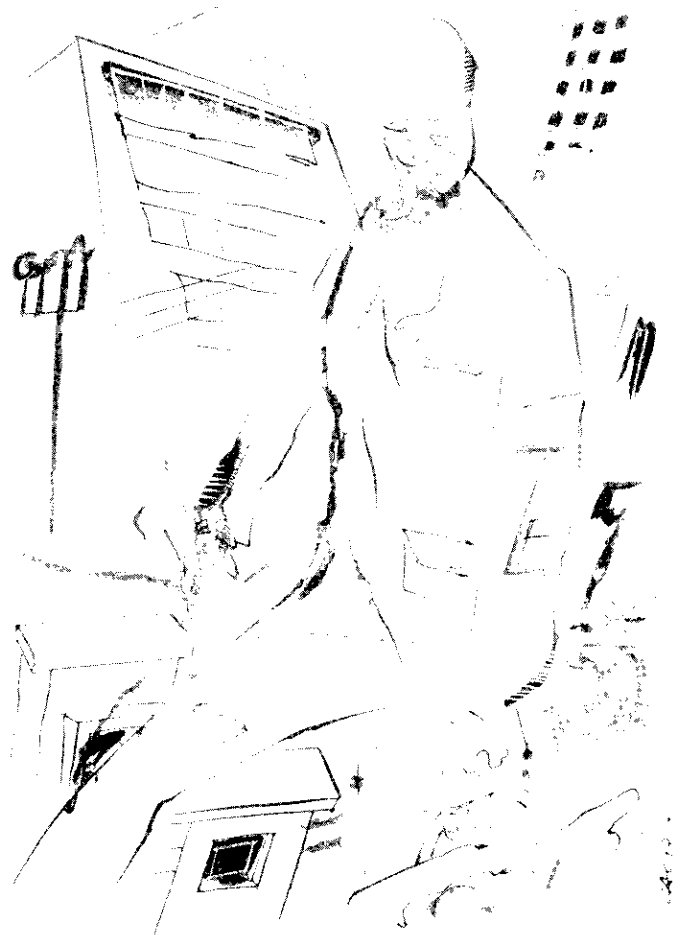
De acordo com dados do censo de 1950, apenas 36% da população vivia em área urbana, naquele ano. Já em 1980, este percentual atingiu 68%. Na década de 70, a taxa de crescimento anual da população rural foi de 0,62 e a da população urbana foi 7 vezes maior, de 4,44 por 100 habitantes. (2)

Este quadro de urbanização brasileira incorpora não só um aumento do número de "cidades" distribuídas por todo o território nacional, mas também a concentração cada vez maior da população em algumas metrópoles. Segundo Martine e colaboradores (7), o número de cidades passou de 50 para 390, entre 1940 e 1980. No início do período, três cidades tinham mais do que 500 mil habitantes e absorviam 11% da população total. Em 1980, o número de centros urbanos passou para 14, incorporando 62% da população urbana e quase um terço da população total.

Entre estas 14 localidades com mais de 500 mil habitantes, incluem-se,

como denominadas pela FIBGE, as Regiões Metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Cinco delas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife, situam-se entre as cem maiores cidades do mundo. A região metropolitana de São Paulo, atualmente com população estimada em 17 milhões de habitantes, é a quarta cidade do mundo em população, ultrapassada somente por Tóquio, Cidade do México e Nova York. Concordando com Singer (13) no sentido de que a migração não é um fenômeno individual, mas, pelo contrário, é um movimento de classe social, escapa, entretanto, às finalidades desta publicação especulações de como a migração/urbanização constituem expressão da sujeição do trabalho ao capital (10).

Associado ao processo de urbanização e marginalidade social, cresce em ritmo acelerado a violência nas regiões metropolitanas. O Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, por exemplo, estão entre as dez cidades do mundo que apresentam as maiores taxas de homicídios.



Esta DADOS "Regiões Metropolitanas: violência na vida e na morte" busca caracterizar através de indicadores numéricos a qualidade de vida nas metrópoles brasileiras. Neste sentido, são abordados aspectos de educação, inserção no mercado de trabalho, condições de moradia, acesso à assistência médica e situação de mortalidade. Ao final,

segundo metodologia semelhante à usada por Rocha (9), através do uso da técnica de componentes principais, é construído um índice sintetizador da qualidade de vida, resultante de combinações ponderadas de todos os indicadores. O índice é utilizado para comparação entre os padrões de vida das nove regiões metropolitanas.

INDICADORES DEMOGRÁFICOS

• EDUCAÇÃO, MÃO-DE-OBRA E MORADIA

Incluindo aproximadamente 30% da população total do País, entre 1970 e 1980, as Regiões Metropolitanas cresceram a taxas médias geométricas de incremento anual que variavam de 2.4 no Rio de Janeiro a 5.8 em Curitiba (Tabela 1). Em 1980, somente as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro absorviam 18% da população brasileira. Estima-se que a população residente nestas e em outras regiões similares levará, em média, 18 anos para duplicar de tamanho. A

Tabela 1

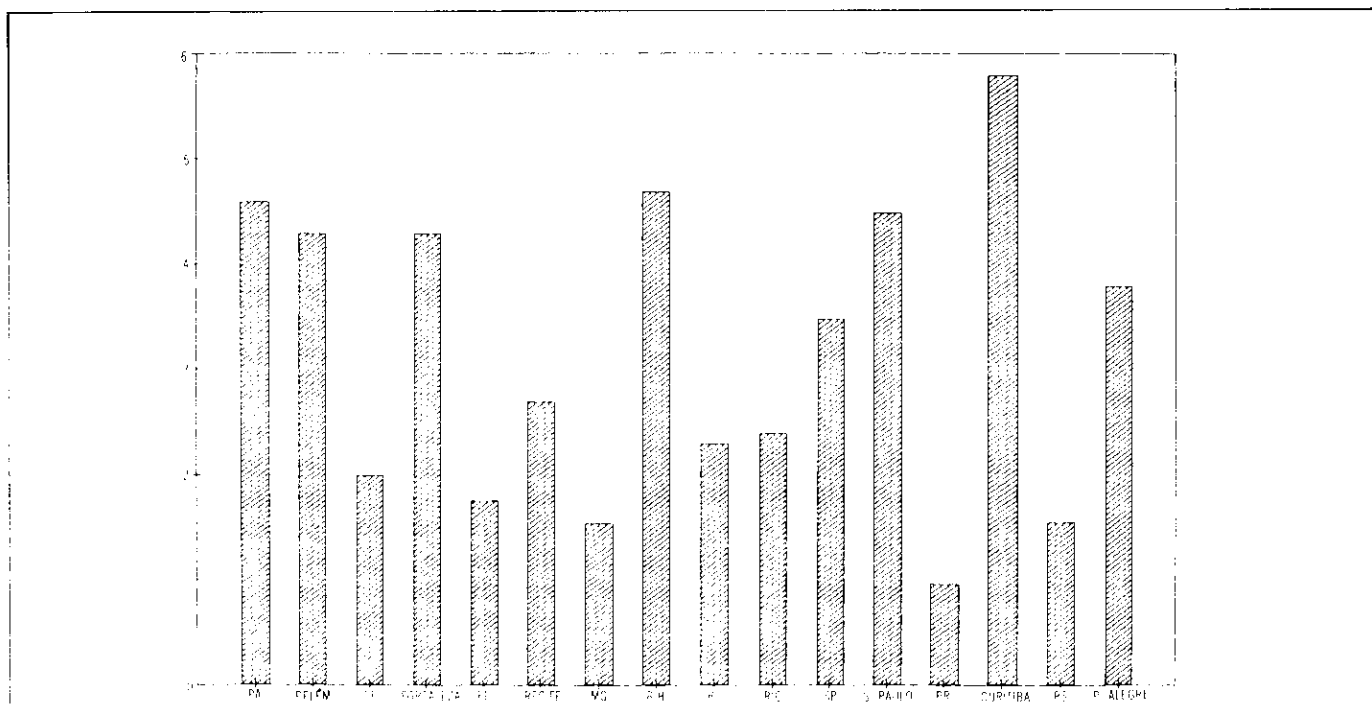
POPULAÇÃO RESIDENTE. VARIÇÃO RELATIVA, TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE INCREMENTO ANUAL, PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO E ANOS ESTIMADOS DA DUPLICAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO AS REGIÕES METROPOLITANAS E DISTRITO FEDERAL — 1970-1980

REGIÕES METROPOLITANAS E DISTRITO FEDERAL	POPULAÇÃO RESIDENTE (1.000 pessoas)		VARIÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE (%)	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE INCREMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE (por 100 hab.)	PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (%)				ANOS ESTIMADOS DA DUPLICAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE
	1970	1980			Em relação à Unidade da Federação		Em relação ao País		
					1970	1980	1970	1980	
Belém	555.9	999.2	52.3	4.3	30.3	29.4	0.7	0.8	16.5
Fortaleza	1.036.8	1.580.1	52.4	4.3	23.8	29.9	1.1	1.3	16.5
Recife	1.791.3	2.347.0	31.0	2.7	34.7	38.2	1.9	2.0	25.7
Salvador	1.147.8	1.766.6	53.9	4.4	15.3	18.7	1.2	1.5	16.1
Belo Horizonte	1.605.5	2.540.1	58.2	4.7	14.0	19.0	1.7	2.1	15.1
Rio de Janeiro	7.080.7	9.014.3	27.3	2.4	78.7	79.8	7.6	7.6	28.7
São Paulo	8.139.7	12.588.7	54.7	4.5	45.8	50.3	8.7	10.6	15.9
Curitiba	821.2	1.440.5	75.4	5.8	11.8	18.9	0.9	1.2	12.3
Porto Alegre	1.531.3	2.231.4	45.7	3.8	23	29.0	1.6	1.9	18.4

Fonte: FIBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1985.

GRÁFICO 1

TAXAS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL (1970/1980). REGIÕES METROPOLITANAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO CORRESPONDENTES.



FONTE: FIBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1985

DADOS 14

comparação de suas taxas de crescimento populacional com suas respectivas unidades da federação pode ser apreciada através do **Gráfico 1.**

Dados censitários de 1980 revelaram que o Brasil possui cerca de 50% da população com idade inferior a 20 anos.

Embora este percentual esteja em declínio, devido à acentuada queda da fecundidade em todo o País, as Regiões

Metropolitanas em 1987 ainda continuam grande proporção de população jovem (**Tabela 2**). As Regiões Metropolitanas do Norte e Nordeste apresentavam mais de 45% de indivíduos com menos de 20 anos. O Rio de Janeiro foi a que apresentava o menor percentual, de 38%.

Entre 1940 e 1960, a taxa de fecundidade no Brasil permaneceu

aproximadamente constante, de 6.2 filhos por mulher em idade reprodutiva. De 1960 a 1980, teve um decréscimo para 4.3, e o declínio foi sistematicamente observado nas áreas urbanas e rurais de todas as unidades federadas (2). Em 1985, as Regiões Metropolitanas apresentaram taxas de fecundidade total que variaram de 2.3 no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, a 3.2 em Fortaleza (**Tabela 3**).

O índice de envelhecimento calculado para as Regiões Metropolitanas, indica a maior proporção de idosos no Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo. São também estas três metrópoles que ostentam as menores razões de

Tabela 2
DISTRIBUIÇÃO (%) DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA. REGIÕES METROPOLITANAS. 1987

GRUPO ETÁRIO (ANOS)	REGIÃO METROPOLITANA									
	BELÉM	FORTALEZA	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	CURITIBA	PORTO ALEGRE	
0-4	10.91	12.42	11.48	11.73	10.95	8.98	10.41	11.22	10.30	
5-9	12.28	12.44	12.36	13.09	12.97	10.69	11.32	12.03	11.30	
10-14	11.57	10.77	11.08	11.46	10.25	9.26	9.14	10.00	8.95	
15-19	12.06	11.61	11.07	11.00	10.16	9.00	8.98	10.06	8.51	
20-24	10.84	11.15	10.43	11.18	9.71	9.57	9.72	9.97	9.32	
25-29	8.61	8.09	8.33	8.83	8.84	8.33	9.56	9.69	9.10	
30-34	7.28	7.03	6.95	7.46	8.20	8.18	8.86	8.26	8.87	
35-39	5.93	6.39	5.86	6.26	6.66	7.53	7.34	6.50	7.70	
40-44	4.88	4.43	4.69	4.48	5.62	5.83	5.86	5.56	5.79	
45-49	3.75	3.96	4.34	4.09	4.55	4.98	4.78	4.48	4.92	
50-54	2.67	3.03	3.39	3.09	3.47	4.64	3.65	3.75	4.17	
55-59	2.75	2.61	2.81	2.46	2.88	4.17	3.46	2.66	3.62	
60-64	2.29	2.48	2.50	1.80	2.07	3.32	2.56	1.90	2.71	
65-69	1.56	1.42	1.88	1.17	1.54	2.04	1.75	1.66	1.91	
70 e +	2.63	2.18	2.83	1.90	2.14	3.47	2.60	2.28	2.84	

Fonte: FIBGE. PNAD. Regiões Metropolitanas. 1987

TABELA 3
TAXAS DE FECUNDIDADE TOTAL. REGIÕES METROPOLITANAS. 1985

REGIÃO METROPOLITANA	TAXA DE FECUNDIDADE (TFT*)
Belém	2.79
Fortaleza	3.19
Recife	2.65
Salvador	2.83
Belo Horizonte	2.46
Rio de Janeiro	2.25
São Paulo	2.49
Curitiba	2.60
Porto Alegre	2.29

* TFT -- taxa de fecundidade total corrigida pelo método de Brass

Fonte: FIBGE. PNAD. Suplemento Situação do Menor. 1985.

TABELA 4
ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO E RAZÃO DE DEPENDÊNCIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE. REGIÕES METROPOLITANAS. 1987.

REGIÃO METROPOLITANA	ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO*	RAZÃO DE DEPENDÊNCIA**
Belém	12.05	63.80
Fortaleza	10.10	64.55
Recife	13.49	65.65
Salvador	8.46	64.88
Belo Horizonte	10.77	60.90
Rio de Janeiro	16.00	52.53
São Paulo	14.09	54.37
Curitiba	11.85	59.21
Porto Alegre	15.55	54.56

* Índice de envelhecimento = $\frac{n_1 \text{ de pessoas de 65 anos e mais}}{n_2 \text{ de pessoas } < 15 \text{ anos}} \times 100$

** Razão de dependência = $\frac{n_1 \text{ de pessoas de 65 anos e mais} + n_2 \text{ de pessoas } < 15 \text{ anos}}{n_3 \text{ de pessoas de 15-64 anos}}$

dependência entre 50% e 55%, bem inferiores à do Brasil em 1980, de 73% (**Tabela 4**).

Quanto à situação educacional, as informações contidas nas **Tabelas 5, 6 e 7** revelam problemas graves em várias das Regiões

Metropolitanas. Marcadamente em Recife, 20% da população de 10 a 14 anos era não-alfabetizada em 1987. Índices elevados de repetência assim como grandes taxas de evasão escolar comprometem a educação dos residentes

das metrópoles brasileiras: em Belém, por exemplo, somente 4.6% dos indivíduos estão na série adequada; em Porto Alegre, 30% dos jovens de 14 anos não freqüentam mais a escola; em Curitiba, dos indivíduos de 15 a 17

Tabela 5
 PROPORÇÃO DE PESSOAS NÃO-ALFABETIZADAS POR GRUPOS DE IDADE. REGIÕES METROPOLITANAS 1987.

GRUPO DE IDADE (ANOS)	REGIÃO METROPOLITANA								
	BELEM	FORTALEZA	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	CURITIBA	PORTO ALEGRE
5 e 6	90,2	91,9	92,6	84,8	94,2	82,7	89,2	82,6	91,6
7-9	43,3	52,8	52,5	38,7	32,4	79,2	24,0	18,0	25,2
10-14	10,5	17,2	20,4	10,5	5,0	5,1	2,5	2,1	4,0
15-19	3,7	10,5	13,2	4,4	2,7	2,8	2,1	2,0	3,1
20-24	3,2	11,5	13,1	4,0	4,0	2,5	4,4	1,8	2,2
25-29	3,6	14,5	11,8	6,7	5,0	3,3	4,9	2,8	4,2
30-39	4,6	17,5	17,3	7,3	8,2	5,7	6,2	4,2	4,6
40-49	8,5	25,2	24,1	13,6	12,7	9,7	10,8	9,5	8,7
50-59	12,7	34,2	33,2	19,6	19,9	13,7	14,5	14,9	12,3
60 e +	27,0	43,5	42,8	28,8	27,7	22,3	25,7	26,4	21,2
10 e +	7,9	19,4	20,5	9,8	9,2	7,9	8,0	6,4	6,9

Fonte: FIBGE, PNAD — Regiões Metropolitanas, 1987

Tabela 6
 PESSOAS DE 10 A 14 ANOS POR CONDIÇÃO DE FREQUÊNCIA A ESCOLA E ADEQUAÇÃO À SÉRIE FREQUENTADA. REGIÕES METROPOLITANAS, 1986

REGIÃO METROPOLITANA	IDADE	FREQUENTAM ESCOLA			NÃO FREQUENTAM ESCOLA
		SÉRIE ADEQUADA	SÉRIE ATRASADA	SÉRIE ADIANTADA	
Belém	10	16,2	75,1	5,7	3,1
	11	14,2	76,7	3,7	5,5
	12	8,4	84,5	1,4	5,6
	13	8,1	80,1	2,7	9,1
	14	4,6	82,1	1,3	12,1
Fortaleza	10	15,2	65,4	2,8	16,6
	11	13,7	74,1	1,1	11,1
	12	9,6	73,8	2,7	13,9
	13	9,7	63,8	1,4	25,1
	14	7,1	70,2	2,7	20,0
Recife	10	21,1	66,6	5,1	7,3
	11	19,8	70,2	2,3	7,7
	12	13,7	74,2	1,7	10,3
	13	11,5	73,7	2,5	12,4
	14	9,4	72,5	0,4	17,8
Salvador	10	20,4	68,7	3,8	7,1
	11	15,9	71,8	2,7	9,5
	12	13,2	74,5	3,4	8,8
	13	10,3	76,3	2,7	10,7
	14	12,4	73,3	3,6	10,7
Belo Horizonte	10	26,6	67,8	2,8	2,8
	11	23,0	68,2	3,0	5,9
	12	18,0	72,2	2,2	7,6
	13	14,1	68,2	2,1	15,5
	14	9,2	65,4	1,7	23,8
Rio de Janeiro	10	27,0	61,5	7,2	4,3
	11	22,9	59,9	10,2	7,0
	12	22,9	61,8	6,5	8,7
	13	19,9	62,4	5,3	12,4
	14	17,2	62,6	4,2	16,0
São Paulo	10	37,4	57,5	2,6	2,6
	11	30,1	62,7	4,3	2,8
	12	22,9	66,3	2,5	8,4
	13	22,5	65,3	2,7	9,6
	14	14,5	61,0	3,0	21,5
Curitiba	10	31,8	57,9	6,8	3,4
	11	29,5	60,7	3,8	6,0
	12	19,4	71,4	2,9	6,3
	13	17,8	63,9	3,5	14,8
	14	13,8	55,1	3,6	27,5
Porto Alegre	10	35,1	48,1	12,1	4,8
	11	28,0	54,8	10,0	7,2
	12	28,3	51,2	7,8	12,7
	13	18,4	60,7	3,3	17,6
	14	17,1	47,9	4,7	30,3

Fonte: FIBGE, Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil. Sistema de acompanhamento de situação socio-econômica de crianças e adolescentes, 1988.

DADOS 14

anos, 38% somente trabalham e menos da metade ainda freqüentam a escola.

Os dados da Tabela 8, originários das informações da pesquisa especial da PNAD-1985 sobre a situação do menor caracterizam a proporção de menores que não residem em companhia da mãe. Em média, nas Regiões Metropolitanas, 5% das crianças de 10 a 14 anos já não residem com a mãe. As Tabelas 9, 10 e 11 fornecem indicadores de

mão-de-obra nas Regiões Metropolitanas em 1987. Verifica-se que as taxas de atividade nas metrópoles das regiões Sul e Sudeste são superiores à apresentada pelo Brasil. A maior proporção de pessoas economicamente ativas é encontrada em Porto Alegre (60%).

O trabalho precoce é também outra característica dos grandes centros urbanos: a taxa média de atividade entre os jovens de 10 a 14 anos se aproxima de 9%. Entre os indivíduos economicamente ativos, grandes proporções são encontradas com rendimento médio mensal menor do que um salário mínimo. Em Fortaleza, 40% da PEA (população economicamente ativa) tinha rendimento inferior a um salário mínimo em 1987. Melhores situações são encontradas em São Paulo (11%), Curitiba (15%) e Porto Alegre (16%). Grande parte da PEA metropolitana está

TABELA 7
DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 A 17 ANOS POR SITUAÇÃO DE TRABALHO E FREQUÊNCIA À ESCOLA SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE. REGIÕES METROPOLITANAS, 1986.

REGIÃO METROPOLITANA	IDADE	SITUAÇÃO DE TRABALHO E FREQUÊNCIA À ESCOLA				
		SOMENTE ESTUDAM	TRABALHAM E ESTUDAM*	SOMENTE TRABALHAM*	AFAZERES DOMÉSTICOS	NÃO REALIZAM NENHUMA DESTAS ATIVIDADES
Belém	10-14	89,9	2,9	2,4	1,9	2,9
	15-17	67,4	11,0	10,2	8,0	3,4
	10-17	81,5	6,0	5,3	4,2	3,1
Fortaleza	10-14	76,5	6,0	6,2	8,9	2,4
	15-17	51,0	12,4	22,4	9,2	4,9
	10-17	66,8	8,4	12,4	9,0	3,4
Recife	10-14	83,4	5,5	3,6	4,8	2,7
	15-17	52,3	12,2	19,2	11,6	4,7
	10-17	72,3	7,9	9,2	7,2	3,4
Salvador	10-14	86,6	4,0	2,3	2,6	4,5
	15-17	61,8	11,0	13,6	6,3	7,2
	10-17	76,9	6,7	6,7	4,0	5,6
Belo Horizonte	10-14	84,8	4,3	5,2	3,3	2,4
	15-17	41,2	16,1	29,8	7,8	5,1
	10-17	68,6	8,7	14,3	4,9	3,4
Rio de Janeiro	10-14	88,4	2,2	2,7	4,0	2,7
	15-17	54,3	13,0	19,7	10,3	2,7
	10-17	75,7	6,2	9,0	6,4	2,7
São Paulo	10-14	85,4	5,7	3,5	2,5	3,0
	15-17	33,9	28,7	27,2	6,5	3,7
	10-17	66,9	14,0	12,0	3,9	3,2
Curitiba	10-14	84,0	4,6	5,6	4,5	1,3
	15-17	31,1	17,2	37,6	12,7	1,5
	10-17	65,2	9,1	17,0	7,4	1,3
Porto Alegre	10-14	81,9	3,7	8,3	4,0	2,1
	15-17	38,3	18,0	30,3	10,1	3,3
	10-17	65,6	9,1	16,5	6,3	2,5

* Inclusive procurando trabalho

Fonte: FIBGE, Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil. Sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes, 1988.

TABELA 8
PROPORÇÃO DE FILHOS DE 0 A 17 ANOS QUE NÃO RESIDEM EM COMPANHIA DA MÃE POR GRUPOS DE IDADE. REGIÕES METROPOLITANAS, 1985.

GRUPOS DE IDADE (ANOS)	REGIÃO METROPOLITANA								
	BELÉM	FORTALEZA	RECIFE	SALVADOR	B. HORIZONTE	RIO	SÃO PAULO	CURITIBA	PORTO ALEGRE
Menos de 1	2,5	2,7	1,1	0,6	1,0	2,0	0,4	1,7	—
1-3	5,1	3,8	2,9	2,7	2,0	2,6	2,2	1,3	2,3
4-6	7,3	4,4	4,1	3,8	2,0	3,1	3,4	1,9	3,0
7-9	7,4	6,0	5,9	5,3	3,5	4,1	3,4	2,9	4,1
10-14	6,9	6,2	6,1	4,1	3,9	6,4	4,2	4,9	4,5
15-17	8,1	8,5	6,9	6,6	5,0	7,6	5,4	7,8	8,2
Total	6,7	5,5	5,1	4,2	3,1	4,7	3,5	3,6	4,1

Fonte: FIBGE, PNAD — Suplemento do Menor, 1985.

TABELA 9

TAXAS DE ATIVIDADE EM PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS POR GRUPOS DE IDADE. REGIÕES METROPOLITANAS. 1987.

GRUPO DE IDADE (ANOS)	REGIÃO METROPOLITANA									
	BELÉM	FORTALEZA	RECIFE	SALVADOR	B. HORIZONTE	R. JANEIRO	SÃO PAULO	CURITIBA	PORTO ALEGRE	
10-14	7,2	9,7	7,8	6,8	10,0	6,7	8,2	11,7	11,1	
15-19	35,6	45,5	38,8	38,8	55,8	43,7	62,9	62,8	56,3	
20-24	64,4	72,2	66,5	71,5	78,1	74,7	79,2	74,2	79,0	
25-29	76,1	74,4	70,5	75,0	76,4	74,2	76,5	72,7	77,6	
30-39	76,0	78,5	72,8	76,4	74,9	75,9	75,3	75,1	80,4	
40-49	73,7	73,8	68,3	72,2	70,5	72,0	67,8	71,1	73,4	
50-59	63,2	56,7	50,3	60,6	51,8	55,4	50,8	54,5	50,5	
60 e +	28,2	30,7	24,3	23,4	20,9	21,9	22,4	20,9	21,0	
10 e +	52,5	56,1	50,3	54,3	57,6	55,3	58,7	58,5	59,8	

Fonte: FIBGE, PNAD, Regiões Metropolitanas, 1987

TABELA 10

DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS POR CLASSE DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL. REGIÕES METROPOLITANAS. 1987.

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL (EM PISOS SALARIAIS)	REGIÃO METROPOLITANA									
	BELÉM	FORTALEZA	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	CURITIBA	PORTO ALEGRE	
Sem rendimento	4,5	5,8	7,9	7,4	5,7	4,6	5,5	5,5	5,0	
1/2 ou menos	7,6	15,5	12,0	7,0	6,6	6,0	1,7	2,6	3,7	
1/2 → 1	15,7	18,8	14,6	11,6	14,0	13,1	3,7	6,4	7,0	
1 → 2	25,5	26,7	27,6	24,0	26,3	24,4	17,0	24,3	25,1	
2 → 3	14,0	9,9	12,7	14,4	13,8	14,6	19,7	18,4	17,7	
3 → 5	13,3	9,4	11,4	13,5	13,8	16,3	21,5	17,3	17,3	
5 → 10	11,0	7,4	7,6	11,7	10,8	11,4	18,1	14,3	13,5	
10 → 20	5,6	4,0	3,9	6,6	5,4	6,0	8,4	7,3	6,8	
mais de 20	2,8	2,4	2,3	3,7	3,7	3,5	4,3	3,9	3,7	

Fonte: FIBGE, PNAD, Regiões Metropolitanas, 1987.

engajada no setor terciário de produção. Para as Regiões Metropolitanas do Norte e Nordeste, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, predominam as ocupações da prestação de serviços. Para São Paulo, Curitiba e Porto Alegre são predominantes as ocupações da indústria de transformação. As regiões em consideração não são homogêneas no que tange às condições de saneamento básico. Em São Paulo o percentual de

TABELA 11
DISTRIBUIÇÃO (%) DAS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS SEGUNDO RAMO DE ATIVIDADE. REGIÕES METROPOLITANAS. 1987

RAMO DE ATIVIDADE	REGIÃO METROPOLITANA									
	BELÉM	FORTALEZA	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	CURITIBA	PORTO ALEGRE	
Agrícola	1,3	5,5	4,2	1,4	1,0	1,5	0,6	4,9	1,3	
Indústria de Transformação	10,2	16,1	14,5	12,3	17,3	16,3	32,9	21,5	25,4	
Indústria da Construção	6,5	7,5	6,7	8,7	9,9	7,8	6,2	7,7	6,5	
Outras atividades industriais	1,4	1,7	1,7	2,4	2,3	1,2	0,8	1,2	1,0	
Comércio de mercadorias	18,6	15,0	18,0	16,0	13,5	13,7	14,2	14,9	13,9	
Prestação de serviços	25,5	27,6	23,8	23,9	25,4	26,7	18,1	19,7	18,9	
Serviços Auxiliares da Atividade econômica	5,1	3,9	3,3	4,8	4,9	4,5	5,3	5,7	5,2	
Transporte e comunicação	5,9	3,7	4,6	5,9	5,8	5,3	4,7	5,1	5,4	
Social	12,4	10,4	10,7	12,0	10,2	10,7	8,0	8,8	10,3	
Administração Pública	8,6	5,7	8,2	6,9	5,2	7,5	3,7	5,4	6,1	
Outras Atividades	4,6	2,9	4,2	5,8	4,5	4,8	5,5	5,0	5,9	

Fonte: FIBGE, PNAD, Regiões Metropolitanas, 1987.

domicílios com abastecimento d'água ligado à rede geral atinge 97%, e em 95% o lixo é coletado regularmente.

Das nove metrópoles, Fortaleza apresenta a pior situação, com 71% dos domicílios com abastecimento d'água

ligado à rede geral e somente 58% com lixo coletado.

O percentual de domicílios com

iluminação elétrica é alto em todas as Regiões Metropolitanas, atingindo quase 100% em várias delas. O mesmo pode ser dito para a presença de fogão.

O número de moradores por domicílio varia de 3,6 em Porto Alegre a 4,9 em Belém, equiparando-se, em média, ao número nacional de 4,7.



TABELA 12

PROPORÇÃO DE MORADORES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS E NÚMERO MÉDIO DE MORADORES POR DOMICÍLIO NAS REGIÕES METROPOLITANAS. 1987.

CARACTERÍSTICAS	REGIÃO METROPOLITANA								
	BELÉM	FORTALEZA	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	CURITIBA	PORTO ALEGRE
Abastecimento d'água ligado à rede geral	88,5	71,3	90,7	93,3	93,3	84,8	96,6	89,3	92,3
Lixo Coletado	77,5	57,9	64,5	69,8	61,7	71,7	94,8	82,5	81,0
Iluminação Elétrica	99,2	89,9	97,3	97,3	98,6	98,9	99,8	97,0	97,0
Filtro	39,1	68,8	55,3	75,0	89,0	68,2	66,9	27,0	27,1
Fogão	97,6	95,5	95,9	98,3	99,7	99,6	99,6	99,8	99,6
Geladeira	82,5	66,1	67,9	83,5	80,1	90,6	91,3	81,1	87,8
Nº médio de moradores por domicílio	4,9	4,6	4,6	4,5	4,3	3,7	3,9	4,0	3,6

Fonte: FIBGE. PNAD — Regiões Metropolitanas. 1987.

ASSISTÊNCIA MÉDICA

O crescimento acelerado da população nos grandes centros urbanos do País não foi seguido por um aumento da oferta dos serviços de assistência médica. Tal informação pode ser constatada a partir da análise do comportamento do indicador "número de leitos para internação" (por 1000 habitantes) de 1980 a 1987. Embora o número de estabelecimentos por 100 mil habitantes tenha aumentado de uma maneira geral, o número de leitos por mil habitantes declinou em todas as Regiões

Metropolitanas (Tabelas 13 e 14). Em Belo Horizonte, o número de leitos (/1000 hab) em estabelecimento público reduziu-se à metade, passando de 1,8 para 0,9 e o número total, de 7 a 4 por 1000 habitantes. Situação semelhante é constatada em Porto Alegre e Curitiba. Comparando-se o número de habitantes por leito nas Regiões Metropolitanas com dados mundiais, encontra-se valores próximos aos da Espanha (210 hab/leito), Cuba (260 hab/leito), Argentina



(210 hab/leito) e Uruguai (257 hab/leito) (1). Os índices mais altos são apresentados para Belém e São Paulo, respectivamente, de 324 e de 322 hab/leito, próximos à média nacional de 338 hab/leito (Tabela 15 e

Gráfico 2). É oportuno destacar as precauções necessárias para a interpretação deste indicador. Isto porque o mesmo resulta, entre outros fatores, não só da política de priorização do nível terciário de atenção médica, como também

TABELA 13

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (POR 100 000 HABITANTES) POR TIPO DE ESTABELECIMENTO. REGIÕES METROPOLITANAS, 1980 A 1987.

ANO	BELÉM			FORTALEZA			RECIFE			SALVADOR			B. HORIZONTE			R. JANEIRO			SÃO PAULO			CURITIBA			PORTO ALEGRE		
	PL	Pr	T	Pu	Pr	T	Pu	Pr	T	Pu	Pr	T	Pu	Pr	T	Pu	Pr	T	Pu	Pr	T	Pu	Pr	T			
1980	3.1	5.2	8.3	7.3	5.0	17.3	4.0	3.5	7.5	5.7	13.2	18.9	6.2	8.7	14.9	3.5	7.8	11.3	4.6	5.3	9.9	5.3	16.5	21.9	4.9	7.9	12.9
1981	2.9	5.4	8.3	8.3	5.2	14.5	4.0	3.5	7.5	5.4	12.2	17.6	6.6	6.4	15.0	4.0	7.0	11.0	5.3	9.8	15.1	5.7	13.9	19.6	6.0	7.1	13.2
1982	3.1	6.6	9.6	9.2	6.1	15.4	3.9	3.3	7.2	5.2	13.4	19.6	8.4	6.6	15.0	4.0	7.2	11.2	5.5	9.7	15.2	5.7	12.8	18.6	9.1	6.8	16.0
1983	3.2	6.4	9.6	9.1	6.5	15.6	3.5	3.1	6.6	8.1	15.2	23.3	8.6	6.7	15.2	4.2	7.1	11.4	5.3	9.6	14.9	6.1	12.1	18.2	9.4	8.0	17.4
1984	3.2	6.3	9.4	10.9	6.3	17.2	3.5	3.0	6.6	8.9	15.4	24.3	8.6	7.0	15.6	4.5	7.5	12.0	4.9	9.1	14.0	6.3	11.2	17.6	9.2	7.8	17.0
1985	3.5	6.4	9.9	10.2	8.2	18.3	7.3	7.5	14.8	8.2	14.1	22.3	7.6	7.4	14.9	3.7	7.5	11.2	4.1	8.4	12.5	5.9	10.2	16.1	9.0	7.9	17.0
1986	4.0	10.4	14.4	7.6	7.7	15.5	8.4	7.9	16.7	8.1	13.1	21.2	7.7	6.4	14.0	3.9	7.0	10.8	4.2	8.0	12.2	8.8	9.1	17.9	9.0	7.0	16.0
1987	3.8	9.3	13.1	7.3	7.7	15.0	8.6	8.3	16.9	8.0	12.3	20.2	7.6	6.1	13.6	4.1	7.2	11.3	4.1	7.8	11.9	9.6	8.7	18.3	9.2	7.5	16.7

Fonte: FIBGE, Estatísticas de Saúde, 1980 a 1987. Pu = Público, Pr = Privado, T = Total

TABELA 14

NÚMERO DE LEITOS (POR 1000 HABITANTES) POR TIPO DE ESTABELECIMENTO. REGIÕES METROPOLITANAS, 1980 A 1987.

ANO	BELÉM			FORTALEZA			RECIFE			SALVADOR			B. HORIZONTE			R. JANEIRO			SÃO PAULO			CURITIBA			P. ALEGRE		
	Pu	Pr	T	Pu	Pr	T	Pu	Pr	T	Pu	Pr	T	Pu	Pr	T	Pu	Pr	T	Pu	Pr	T	Pu	Pr	T			
1980	0.9	3.2	4.2	1.7	4.4	6.1	2.0	3.6	5.6	1.8	2.9	4.7	1.8	5.1	6.9	2.4	4.4	6.8	1.2	3.5	4.7	2.2	5.8	8.0	2.7	4.3	7.0
1981	0.9	3.1	4.0	1.6	4.3	5.8	1.8	3.9	5.7	1.7	3.0	4.6	1.6	5.2	6.8	2.4	4.2	6.6	1.1	3.5	4.6	2.0	5.8	7.8	2.7	4.2	6.9
1982	1.1	2.8	3.9	1.6	4.0	5.6	1.8	3.4	5.2	1.6	2.8	4.5	1.5	5.0	6.5	2.3	4.2	6.5	1.1	3.4	4.5	1.8	5.5	7.3	2.5	4.1	6.5
1983	1.0	2.6	3.6	1.4	3.9	5.3	1.6	3.3	4.9	1.6	2.9	4.4	1.5	4.2	5.7	2.3	4.1	6.4	1.1	3.3	4.3	1.8	5.4	7.1	2.2	3.7	5.9
1984	1.0	2.4	3.4	1.4	3.9	5.3	1.6	3.3	4.8	1.6	2.7	4.2	1.3	4.0	5.4	2.1	4.1	6.2	1.0	3.2	4.2	1.5	5.1	6.6	2.1	3.5	5.5
1985	0.8	2.2	3.0	1.3	3.7	4.9	1.9	3.3	5.2	1.3	2.2	3.6	1.1	3.8	4.9	2.1	3.6	5.7	0.7	2.7	3.4	1.0	4.6	5.6	2.3	2.6	4.9
1986	0.7	2.0	2.8	1.1	3.6	4.7	1.8	3.1	4.9	1.3	2.4	3.7	1.0	3.6	4.6	1.7	3.4	5.1	0.7	2.5	3.3	0.9	4.4	5.4	2.0	2.5	4.5
1987	0.7	2.0	2.7	1.0	3.4	4.4	1.7	3.3	5.0	1.2	2.3	3.5	0.9	3.4	4.3	1.7	3.3	5.0	0.7	2.3	3.1	1.0	4.3	5.3	1.9	2.4	4.3

Fonte: FIBGE, Estatísticas de Saúde, 1980 a 1987. Pu = Público, Pr = Privado, T = Total

DADOS 14

do grau de resolutividade da rede primária. O número de habitantes por médico, variando de 322 no Rio de Janeiro a 700 em Porto Alegre, bem pequeno se

comparado ao número encontrado para o Brasil de 2400 hab/médico, revela a grande concentração dos médicos nas áreas metropolitanas do País.



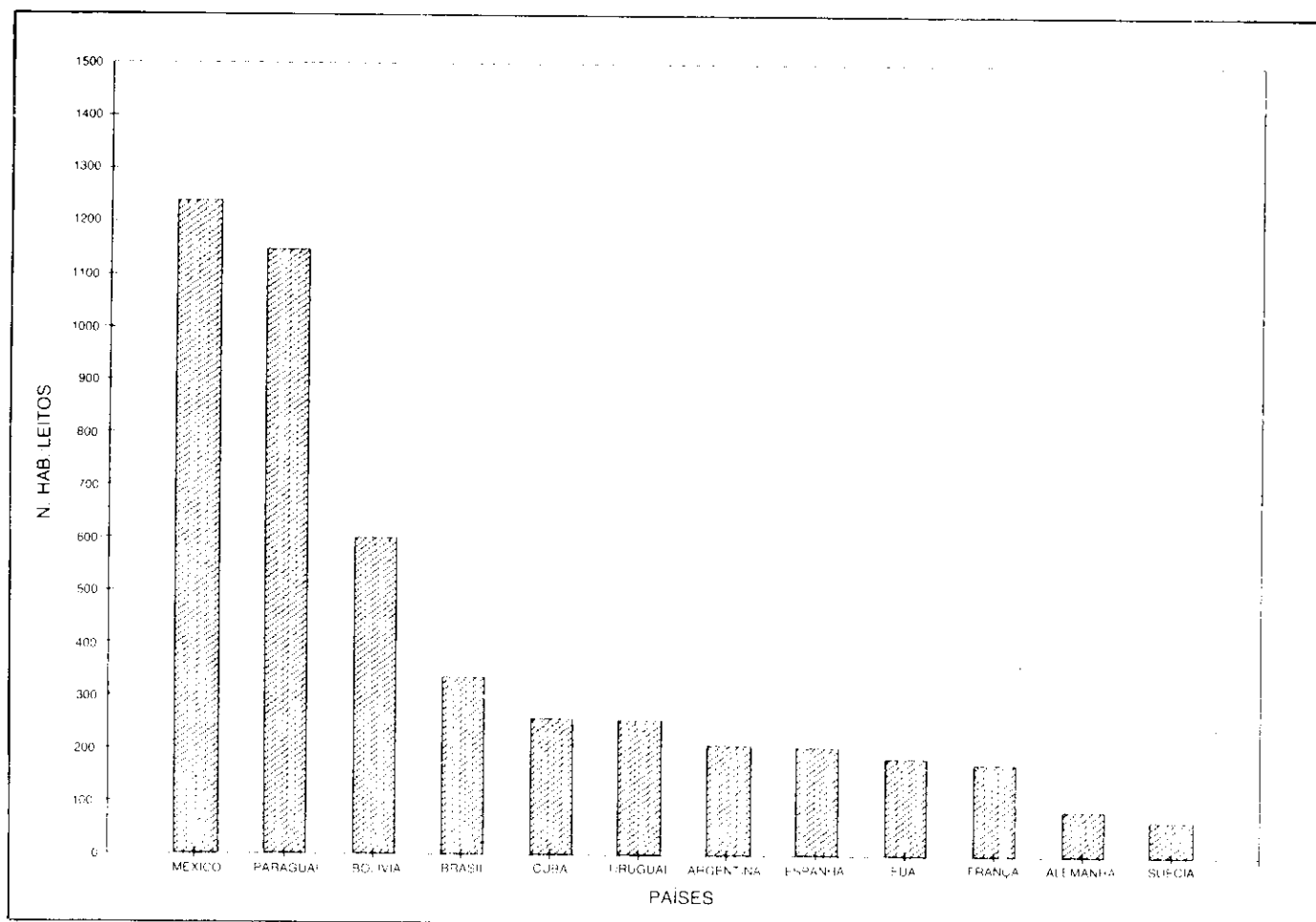
TABELA 15
NÚMERO DE HABITANTES POR ESTABELECIMENTO, NÚMERO DE HABITANTES POR LEITO, NÚMERO DE HABITANTES POR MÉDICO, POR TIPO DE ESTABELECIMENTO, REGIÕES METROPOLITANAS, 1987.

REGIÃO METROPOLITANA	Nº DE HAB/ESTABELECIMENTO			Nº DE HAB/LEITO			Nº DE HAB/MÉDICO		
	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
Belém	22803,1	9345,5	6628,8	1214,2	441,7	323,9	875,7	1738,0	582,3
Fortaleza	13730,2	13102,0	6704,4	1019,6	296,6	229,8	637,2	1052,8	397,0
Recife	12900,4	13262,1	6539,4	767,3	445,2	220,1	743,3	1490,6	562,0
Salvador	12386,9	8022,8	4869,2	894,3	444,7	174,9	740,4	877,2	401,5
Belo Horizonte	13416,7	16703,8	7440,5	1144,5	293,9	233,8	846,2	761,9	400,9
Rio de Janeiro	24220,8	13898,7	8831,1	601,0	299,6	199,9	480,3	977,7	322,1
São Paulo	23984,3	12587,1	8254,9	1368,5	420,8	321,8	1182,8	880,3	504,7
Curitiba	10945,6	12125,4	5752,7	1095,2	242,1	198,3	1259,3	1572,2	699,2
Porto Alegre	10995,2	13491,7	6058,1	544,1	413,3	234,9	810,4	1044,8	456,4

Fonte: FIBGE, Estatísticas de Saúde, 1987.

GRÁFICO 2

NÚMERO DE HABITANTES/LEITO EM PAÍSES SELECIONADOS 1984



MORTALIDADE

Apresenta-se neste trabalho a mortalidade nas capitais das Regiões Metropolitanas do Brasil, no período de 1977 a 1987. Ênfase foi dada à evolução das mortes violentas e acidentais, fenômeno associado ao processo de urbanização no País, como já devidamente reconhecido. Nas Regiões Metropolitanas, as doenças do aparelho circulatório representam o primeiro grupo de causas de morte, seguidas dos neoplasmas.

Constituindo-se no terceiro grupo de causas de morte, as chamadas causas externas são responsáveis por 12% da totalidade dos óbitos. Predominantes entre os adultos jovens, explicam mais de 60% das mortes do grupo etário de 15 a 29 anos (**Gráfico 3 e Tabela 17**). Entre as crianças menores de 4 anos predominam as afecções originadas no período perinatal, as doenças infecciosas e parasitárias e as doenças do aparelho respiratório, conjuntamente

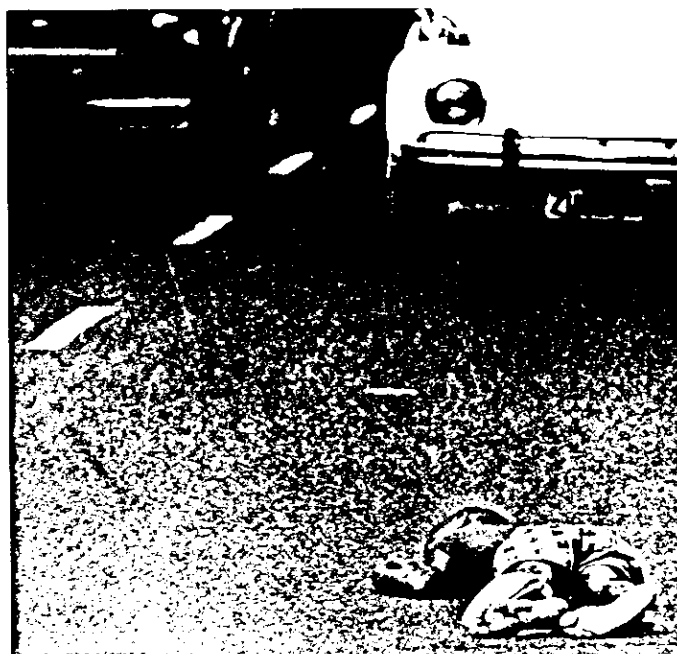


TABELA 16

NÚMERO DE INTERNAÇÕES POR 100 HABITANTES, NÚMERO DE ÓBITOS POR 100 INTERNAÇÕES, NÚMERO DE CONSULTAS MÉDICAS POR HABITANTE, POR TIPO DE ESTABELECIMENTO. REGIÕES METROPOLITANAS. 1987.

REGIÃO	Nº DE INT./100 HAB.			Nº DE ÓBITOS/100 INT.			Nº DE CONSULTAS MÉDICAS/HAB.		
	PUB.	PRIV.	TOTAL	PUB.	PRIV.	TOTAL	PUB.	PRIV.	TOTAL
Belém	1,8	11,1	12,9	4,0	2,4	2,7	2,0	0,8	2,8
Fortaleza	2,0	10,4	12,4	3,4	1,8	2,1	1,3	1,3	2,6
Recife	3,8	8,1	11,9	3,6	2,5	2,8	1,3	0,9	2,2
Salvador	3,5	6,2	9,7	4,7	3,2	3,8	1,0	1,9	2,9
Belo Horizonte	2,0	11,2	13,2	3,5	2,8	2,9	1,3	1,1	2,4
Rio de Janeiro	2,8	6,7	9,5	5,1	3,8	4,2	1,5	1,3	2,8
São Paulo	1,1	8,5	9,6	5,9	2,8	3,2	0,9	2,4	3,3
Curitiba	1,9	12,8	14,7	2,7	2,0	2,1	1,3	1,2	2,5
Porto Alegre	4,5	7,7	12,2	3,6	3,2	3,3	1,5	1,8	3,3

Fonte: FIBGE, Estatísticas de Saúde, 1987.

TABELA 17

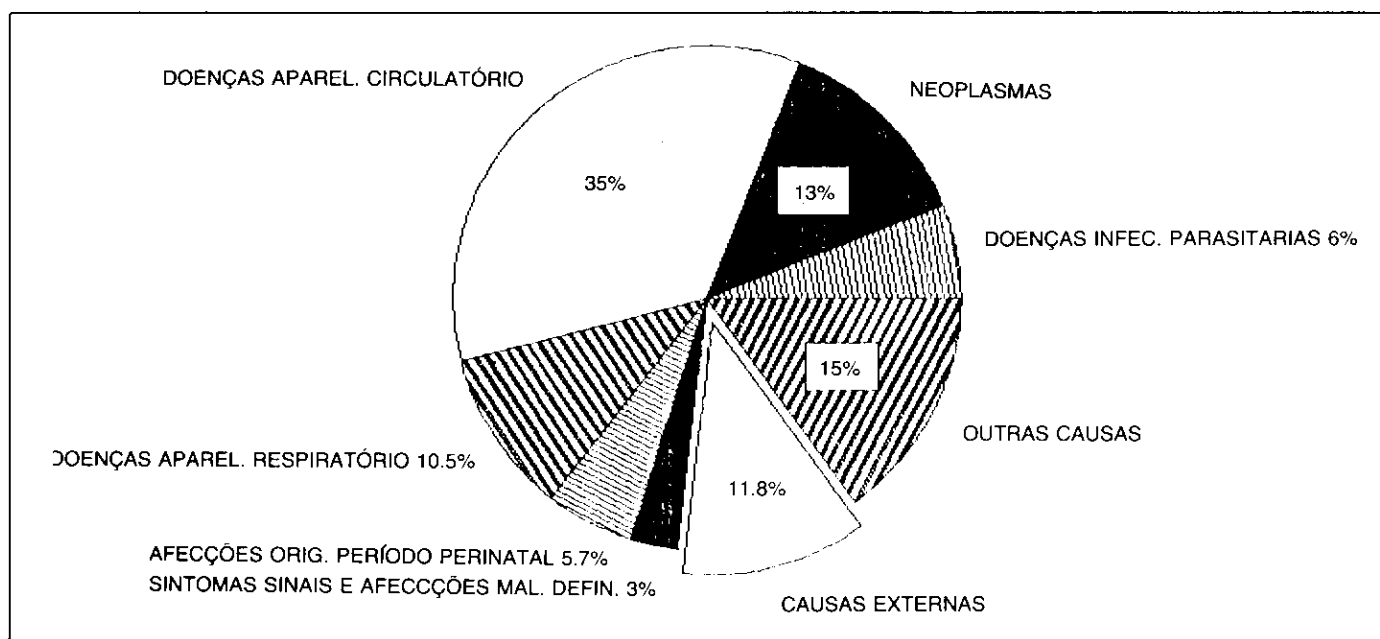
MORTALIDADE PROPORCIONAL (%) SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE CAUSAS E IDADE NAS CAPITALS DAS GRANDES REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL. 1985.

GRUPOS DE CAUSAS	0-4	5-14	15-29	30-49	50 e +	TOTAL
Doenças Infecciosas e Parasitárias	19,8	7,1	3,7	5,6	2,7	6,0
Neoplasmas	0,7	11,5	4,9	13,2	17,3	13,0
Doenças Aparelho Circulatório	0,9	5,7	8,0	28,9	49,9	35,0
Doenças Aparelho Respiratório	17,5	9,9	4,6	6,8	10,3	10,5
Afecções Originadas Período Perinatal	35,2	—	—	—	—	5,7
Sintomas Sinais e Afecções Mal Definidas	5,1	3,3	3,6	3,5	2,2	3,0
Causas Externas	2,6	46,5	64,4	23,7	3,8	11,8

Fonte: Ministério da Saúde, Estatísticas de Mortalidade. 1985.

GRÁFICO 3

MORTALIDADE PROPORCIONAL (%) SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE CAUSAS NAS CAPITAIS DAS GRANDES REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL. 1985



FONTE: Ministério da Saúde. Estatísticas de Mortalidade 1985

responsáveis por 72% dos óbitos desta faixa etária (Tabela 17). Padrões diferentes de mortalidade são encontrados nas capitais das Regiões Metropolitanas (Tabela 18). Naquelas situadas nas regiões Norte e

Nordeste, são ainda bastante elevadas as proporções de óbitos por doenças infecciosas e parasitárias (maiores do que 10%). Chama a atenção o grande percentual de óbitos classificados na categoria dos "sinais,

sintomas e afecções mal-definidas" em Fortaleza, de 19%, estando a traduzir, pelo menos em parte, a inadequação da assistência médica nesta localidade (Tabela 18). Grandes taxas de mortalidade infantil

foram encontradas sobretudo para Belém, Fortaleza e Recife, em 1980 (Tabela 19). O coeficiente em Fortaleza, maior do que 100 por 1000 nascidos vivos, está entre os maiores do mundo, equiparando-se aos encontrados na

TABELA 18

MORTALIDADE PROPORCIONAL (%) SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE CAUSAS. CAPITAIS DAS REGIÕES METROPOLITANAS. 1986.

GRUPOS DE CAUSAS	REGIÃO METROPOLITANA								
	BELÉM	FORTALEZA	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	CURITIBA	PORTO ALEGRE
D. Infecciosas e Parasitárias	14,5	11,5	10,3	13,8	5,9	3,2	4,5	4,0	2,6
Neoplasmas	11,4	9,5	9,4	9,9	11,9	14,2	13,3	14,1	19,2
D. Aparelho Circulatório	28,5	27,3	30,7	29,1	31,1	41,0	32,8	38,4	36,8
D. Aparelho Respiratório	10,3	8,4	9,5	12,9	10,1	9,9	12,3	10,3	11,8
Causas Mal Definidas	2,0	18,9	2,5	1,8	7,9	2,2	1,6	0,9	1,5
Causas Externas	10,8	10,5	12,4	10,5	11,6	12,6	13,9	12,9	10,0
Outras Causas	22,5	13,9	25,2	22,0	21,5	16,9	21,6	19,4	18,1

Fonte: Fundação Nacional de Saúde, Centro Nacional de Epidemiologia.

Etiópia (118/1000 NV) e na Bolívia (110/1000 NV) (1).

Entre 1980 e 1986, a partir de dados das PNADs e de técnicas de mensuração indireta da probabilidade de morrer antes de completar um ano de vida, Simões encontra declínios relevantes em todas as regiões do Brasil, sobretudo nas áreas urbanas (12). Apesar da tendência decrescente, o Autor encontrou para a área urbana do Ceará um coeficiente ainda muito elevado em 1986 (103/100 NV).

Decréscimos nas taxas de mortalidade infantil no período 1980-1983 foram também encontrados por Sawyer, em Recife e São Paulo (11). O Rio de Janeiro apresentou também tendência de declínio, com o coeficiente decrescendo de 55/1000 NV em 1980 para 40/1000 em 1986(14). Porém, estes coeficientes ainda são bastante elevados quando comparados aos encontrados em outros países da América Latina, como Chile (19,5/1000 NV) e Argentina (35,3/1000

TABELA 19
TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL* (POR 1000 NASCIDOS VIVOS).
CAPITAIS DAS REGIÕES METROPOLITANAS. 1980.

CAPITAL	MORTALIDADE INFANTIL (/1000 NV)
Belém	75,0
Fortaleza	138,1
Recife	82,7
Salvador	71,1
Belo Horizonte	70,6
Rio de Janeiro	63,7
São Paulo	53,6
Curitiba	65,5
Porto Alegre	46,4

* Taxas estimadas pelo procedimento de Courbage e Fargues recorrendo-se a tábua de vida "modelo Oeste".

Fonte: Dados primários da FIBGE, Estatísticas do Registro Civil. 1980.

NV)¹.

Na **Tabela 20**, está apresentada a mortalidade proporcional por principais causas entre os menores de um ano. As afecções originadas no período perinatal são predominantes em todas as capitais das Regiões Metropolitanas, com exceção de Fortaleza, que entre os óbitos com causa definida, ostenta a maior proporção para as doenças infecciosas intestinais. Nota-se, nas Regiões Metropolitanas do Norte e do Nordeste, ainda grande contingente

de óbitos pelas diarreias infecciosas.

Analisando os dados dispostos na **Tabela 21**, vale destacar alguns aspectos da mortalidade proporcional entre as crianças de 1 a 4 anos: a grande proporção de óbitos por pneumonia em todas as capitais; as doenças infecciosas intestinais com peso relativo elevado em Belém, Fortaleza, Recife e Salvador; proporções ainda grandes de mortes por sarampo; e o vulto que vêm tomando os acidentes, sendo já responsáveis em Curitiba

e em São Paulo, respectivamente, por 24 e 17% das mortes neste grupo etário.

O comportamento dos principais grupos de causa de morte na série 77-85 pode ser examinado pela observação da **Tabela 22 e do gráfico 4**. As doenças infecciosas e parasitárias que se constituíram no segundo grupo de causas de mortes em 1977, a partir de 1980 passaram a ser o quarto grupo. As doenças do aparelho circulatório são predominantes em todo o período, seguidas dos neoplasmas. A mortalidade por causas externas mostra tendência ligeiramente crescente, principalmente a partir de 1983.

A evolução da mortalidade por causas externas nas Regiões Metropolitanas constituídas por estas nove capitais reflete, em grande parte, o comportamento das mortes violentas e acidentais nos centros urbanos brasileiros. No período de 1977 a 1987 a taxa média de

TABELA 20
MORTALIDADE PROPORCIONAL (%) SEGUNDO PRINCIPAIS CAUSAS ENTRE MENORES DE 1 ANO. CAPITAIS DAS REGIÕES METROPOLITANAS. 1986.

CAUSAS DE ÓBITO	CAPITAL DA REGIÃO METROPOLITANA								
	BELÉM	FORTALEZA	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	CURITIBA	PORTO ALEGRE
D. Infecciosas									
Intestinais	30,5	22,7	19,0	24,8	12,3	8,4	10,6	11,1	5,0
Def. Nutricionais	5,2	0,7	12,5	4,1	9,2	4,8	3,7	4,1	2,2
Pneumonia	13,8	8,6	11,4	19,4	11,4	13,7	17,4	15,5	21,8
Anomalias Congênicas	5,4	1,8	5,8	4,5	7,1	9,7	8,1	11,6	11,9
Afecções Perinatais	35,2	17,3	37,3	29,0	49,5	46,8	47,3	37,7	47,2
Causas Mal Definidas	0,9	38,7	0,9	1,0	0,4	1,6	0,8	0,1	0,6
Outras Causas	9,0	10,2	13,1	17,2	10,1	15,0	12,1	19,9	11,3

Fonte: Fundação Nacional de Saúde, Centro Nacional de Epidemiologia.

TABELA 21
MORTALIDADE PROPORCIONAL (%) SEGUNDO CAUSAS SELECIONADAS EM CRIANÇAS DE 1 A 4 ANOS. CAPITAIS DAS REGIÕES METROPOLITANAS. 1986

CAUSAS DE ÓBITO	CAPITAL DA REGIÃO METROPOLITANA								
	BELEM	FORTALEZA	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	CURITIBA	PORTO ALEGRE
D. Infecciosas									
Intestinais	29.3	14.3	14.2	16.8	5.2	4.3	4.3	6.3	4.3
Sarampo	3.8	7.1	7.8	6.2	4.4	2.1	4.6	1.6	2.1
Deficiências Nutricionais	4.2		16.0	5.2	6.7	4.0	3.4	10.2	6.4
Pneumonia	27.4	16.7	18.4	24.4	20.6	23.4	23.1	8.7	21.3
Causas Mal Definidas	0.8	35.1	1.8	1.1	2.0	4.5	1.5	0.8	3.2
Acidentes de Trânsito Veículo a Motor	3.0	1.0	3.3	0.5	7.9	2.8	8.9	11.0	2.1
Outros Acidentes	6.5	5.7	6.6	7.7	8.7	7.4	8.4	13.4	11.7
Outras Causas	25.0	20.1	31.9	38.1	44.5	51.5	45.8	48.0	48.9

Fonte: Fundação Nacional de Saúde, Centro Nacional de Epidemiologia

TABELA 22
TAXAS DE MORTALIDADE (POR 100.000 HABITANTES) SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE CAUSAS NAS CAPITAIS DAS GRANDES REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL 1977 A 1987

CAUSA	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987*
Doenças Infecciosas e Parasitárias	103.8	101.7	81.0	72.4	61.8	55.1	47.0	50.9	38.4	37.5	33.2
NEOPLASMAS	87.5	86.1	86.5	87.8	85.4	85.1	86.0	84.5	82.4	83.2	82.4
Doenças Aparelho Circulatório	242.6	244.2	230.0	242.6	231.6	224.0	227.1	223.5	222.4	220.1	212.7
Causas Externas	69.7	72.2	72.7	77.0	71.7	70.5	75.4	76.9	75.0	80.1	77.9
Todas as Causas	773.0	765.9	745.0	741.2	702.6	673.0	667.3	667.9	635.8	638.9	619.5

* Dados sujeitos a revisão

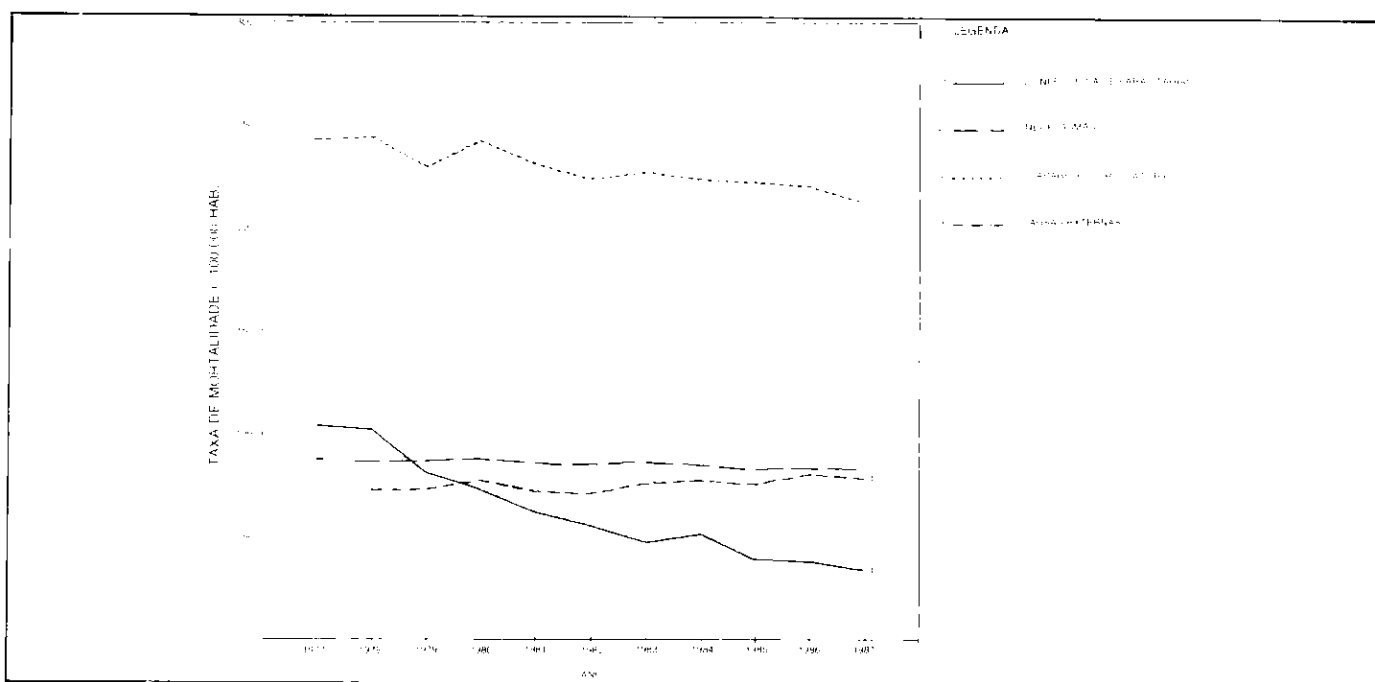
Fontes: FIBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1985

Ministério da Saúde, Estatísticas de Mortalidade 1977 a 1985

Fundação Nacional de Saúde, Centro Nacional de Epidemiologia

GRÁFICO 4

TAXAS DE MORTALIDADE (POR 100.000 HAB.) SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE CAUSAS NAS CAPITAIS DAS GRANDES REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL 1977 A 1987



mortalidade por causas externas na região considerada é de 74,5/100.000 habitantes. A taxa de 28/100.000, para as mulheres, tem nível baixo relativamente aos homens, sendo o índice de sobremortalidade masculina (razão entre as duas taxas) maior que 4. A mortalidade masculina por causas violentas e acidentais atinge valores bem elevados quando comparada a outros países (Tabela 23). Em países desenvolvidos como os Estados Unidos, a França, a Suíça, a

Hungria e a Inglaterra, os suicídios representam grande parte dos óbitos por causas externas. Não constituem, porém, uma proporção significativa no Brasil. Na região brasileira em consideração, o percentual de suicídios é de 4%, enquanto os homicídios representam a maior proporção dos óbitos (Tabela 24). Entre as capitais estudadas, o Rio de Janeiro é a que apresenta as maiores taxas de mortalidade por causas externas, tendo chegado

a atingir 98 por 100 mil habitantes em 1980 (Tabela 25). Na série 1977-87, São Paulo e Recife têm evolução nitidamente crescente. Belém, Fortaleza, Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre apresentam primeiramente acríve (77-80), posterior decréscimo (81-83), para crescer novamente ou estabilizar-se nos últimos anos. A análise do comportamento temporal das subcategorias de causas externas deve ser feita

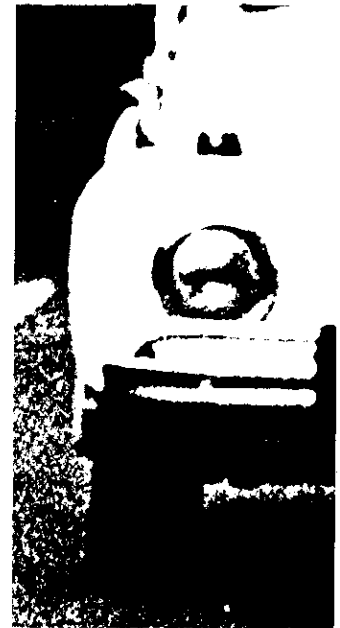


TABELA 23
TAXAS DE MORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS (100.000 HABITANTES) SEGUNDO SEXO EM PAÍSES SELECIONADOS.

PAÍS E ANO	SEXO		ÍNDICE DE SOBREMORTALIDADE MASCULINA
	MASCULINO	FEMININO	
Argentina — 1985	69,8	26,3	2,7
Chile — 1985	118,5	32,0	3,7
Cuba — 1986	96,6	50,1	1,9
México — 1983	130,5	29,2	4,5
Estados Unidos — 1985	89,8	33,6	2,7
França — 1986	110,1	70,4	1,6
Suíça — 1987	98,2	60,4	1,6
Hungria — 1987	156,4	87,6	1,8
Inglaterra e Escócia — 1986	46,2	29,2	1,6
Capitais das regiões metropolitanas. Brasil — 1985	124,9	27,6	4,5

Fontes: WHO, World Statistics Annual, 1988.

Ministério da Saúde, Estatísticas de Mortalidade, 1985.

TABELA 24
PROPORÇÃO (%) DOS ÓBITOS POR CAUSAS EXTERNAS SEGUNDO SUBCATEGORIAS EM PAÍSES SELECIONADOS

PAÍS E ANO	ACIDENTES DE TRÂNSITO	SUICÍDIOS	HOMICÍDIOS	OUTRAS VIOLÊNCIAS
Argentina — 1985	18,0	13,8	10,3	9,0
Chile — 1985	8,6	7,6	4,3	51,3
México — 1983	23,8	1,7	21,2	1,2
EUA — 1985	30,8	20,2	13,5	2,1
França — 1986	20,8	25,2	1,3	4,0
Suíça — 1987	18,8	30,6	1,5	2,6
Hungria — 1987	13,2	37,3	2,7	15,1
Inglaterra e Escócia — 1986	25,7	22,0	1,8	10,3
Capitais das regiões metropolitanas. Brasil — 1985	27,9	3,9	25,7	17,2

Fontes: WHO, World Statistics Annual, 1988.

Ministério da Saúde, Estatísticas de Mortalidade, 1985.

com as devidas reservas. Avaliando-se os percentuais de óbitos rubricados na categoria "lesões ignoradas se acidental ou intencionalmente infligidas" em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, encontra-se valores da ordem de 40%, no ano de 1985 (8), enquanto a proporção de mortes por causas externas classificadas como "outros acidentes" foi de 63% para o mesmo ano (8). Desta forma, a tendência de decréscimo encontrada para a mortalidade masculina por homicídios no Rio de Janeiro, assim como as pequenas taxas apresentadas para Salvador em todo o período, são certamente devidas à subclassificação. Fica nítida, no entanto, a tendência de crescimento da taxa de mortalidade masculina por homicídios em São Paulo e em

Recife, com acréscimos relativos de aproximadamente 100% (Tabela 26). A gravidade e importância das causas externas nas Regiões Metropolitanas pode ser ainda melhor avaliada por meio do indicador "Anos potenciais de vida perdidos" (APVP), que busca expressar o efeito das mortes precoces em relação à duração "esperada" da vida. Este indicador é calculado multiplicando-se o número de óbitos por causa específica em cada grupo etário pela diferença entre 65 (tomado como idade limite) e o ponto médio de cada grupo etário. Para homens com idade inferior a 60 anos, os APVP devidos às causas externas em 1985 mostravam-se maiores que os atribuídos aos neoplasmas em quase todas as capitais estudadas.



TABELA 25
TAXA DE MORTALIDADE (POR 100.000 HABITANTES) POR CAUSAS EXTERNAS SEGUNDO CAPITAL DAS GRANDES REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL, 1977 A 1987.

CAPITAL	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987*
Belém	67,0	76,2	77,3	79,7	71,0	66,9	69,5	66,1	57,3	62,7	59,1
Fortaleza	60,5	62,8	62,3	71,6	68,3	71,1	68,5	63,4	62,6	58,9	50,7
Recife	49,4	56,8	68,4	66,2	67,8	77,9	78,0	83,7	82,3	96,0	86,6
Salvador	62,4	66,7	69,0	63,9	61,2	59,9	63,7	61,5	57,5	64,1	61,5
Belo Horizonte	76,3	79,9	71,4	75,1	61,4	62,7	59,0	57,1	57,3	66,4	58,4
Rio de Janeiro	83,8	88,1	89,6	98,3	86,1	82,0	88,8	92,6	92,2	99,6	95,1
São Paulo	63,1	63,7	65,0	69,8	68,1	65,5	75,2	80,3	77,2	81,4	80,9
Curitiba	95,3	93,3	82,3	86,0	77,6	79,9	78,8	69,1	72,0	71,3	72,9
Porto Alegre	64,8	63,3	63,7	63,4	68,2	70,8	68,0	62,3	62,3	66,3	84,9
Todas	69,7	72,2	72,7	77,0	71,7	70,5	75,4	76,9	75,0	80,1	77,9

* Dados sujeitos a revisão.

Fontes: FIBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1985.

Ministério da Saúde, Estatísticas de Mortalidade, 1977 a 1985.

Fundação Nacional de Saúde, Centro Nacional de Epidemiologia.

TABELA 26
 TAXAS DE MORTALIDADE MASCULINA (POR 100.000 HOMENS) POR HOMICÍDIOS. CAPITAIS DAS REGIÕES METROPOLITANAS. 1980 A 1987.

ANO	CAPITAIS DAS REGIÕES METROPOLITANAS								
	BELÉM	FORTALEZA	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	CURITIBA	PORTO ALEGRE
1980	27,2	41,8	30,7	2,5	30,5	60,8	32,5	12,3	10,6
1981	27,3	41,5	39,8	3,2	22,4	42,1	38,1	9,9	15,7
1982	24,2	42,0	50,0	11,5	17,9	36,3	35,9	16,5	18,7
1983	32,3	46,9	52,7	3,3	14,6	16,6	52,9	14,5	11,8
1984	27,4	45,6	60,3	10,0	15,8	21,9	63,9	15,5	8,4
1985	25,6	41,7	64,6	9,9	13,5	17,9	61,2	15,0	10,3
1986	28,2	39,4	68,3	4,4	14,1	13,7	59,0	15,4	13,8
1987*	24,2	28,0	68,2	11,4	15,1	43,0	63,5	13,0	14,6

* Dados de óbitos sujeitos a revisão

Fonte: Ministério da Saúde, Estatísticas de Mortalidade, 1980 a 1985.

Fundação Nacional de Saúde, Centro Nacional de Epidemiologia.

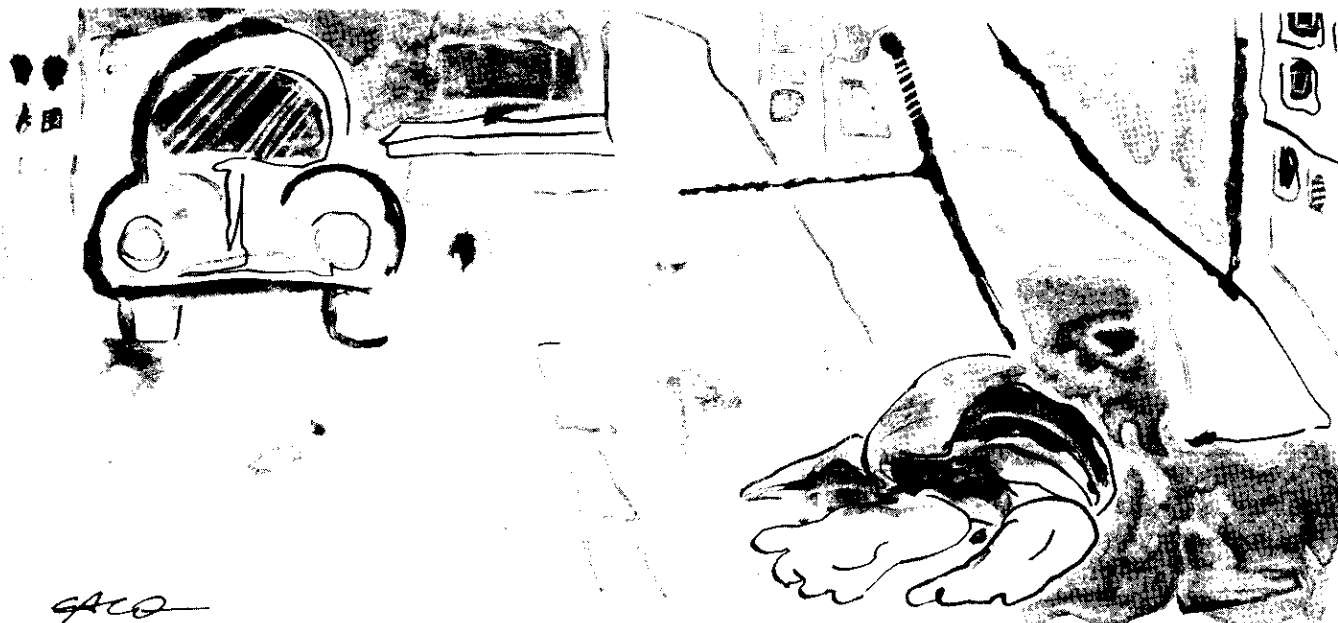


TABELA 27

ANOS POTENCIAIS DE VIDA PERDIDOS DEVIDO AOS NEOPLASMAS, ÀS DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO E ÀS CAUSAS EXTERNAS PARA INDIVÍDUOS DO SEXO MASCULINO COM IDADE INFERIOR A 60 ANOS. CAPITAIS DAS REGIÕES METROPOLITANAS. 1985.

CAPITAL	APVP		
	NEOPLASMAS	D. APARELHO CIRCULATÓRIO	CAUSAS EXTERNAS
Belém	14385	32735	16135
Fortaleza	16880	35755	26265
Recife	22225	49010	26500
Salvador	20565	52165	27580
Belo Horizonte	29630	78770	27380
Rio de Janeiro	133610	345055	134980
São Paulo	171460	405895	187535
Curitiba	23050	53255	24675
Porto Alegre	32560	62335	21025

FONTE: Ministério da Saúde, Estatísticas de Mortalidade, 1985.

REGIÕES METROPOLITANAS

• Um índice da qualidade de vida

No sentido de criar um índice sintetizador da qualidade de vida nas Regiões

Metropolitanas, seguiu-se metodologia semelhante à utilizada por Rocha (9). A partir da escolha de alguns indicadores que refletissem aspectos diferenciados das condições de vida nas metrópoles brasileiras, utilizou-se a técnica de análise de componentes principais para a construção do referido índice.

O método de componentes principais é um procedimento estatístico que tem por objetivo sintetizar as informações originais por meio de um número menor de variáveis. As novas variáveis, formadas por combinações lineares das variáveis originais, são denominadas "componentes principais".

O índice sintetizador é, geralmente, tomado como o primeiro componente principal, isto é, aquele que explica a maior parte da variância total.



As correlações das variáveis originais com cada componente principal são chamadas de "pesos" nos componentes. Desta forma, o peso de cada indicador original no primeiro componente dá a sua importância relativa no índice sintetizador, enquanto o sinal representa o sentido da correlação entre eles.

A série de indicadores selecionados para a análise de componentes principais está na **Tabela 28**. Os pesos de

cada indicador no primeiro componente principal, que explicou 77% da variação total, estão dispostos na **Tabela 29**.

Maiores pesos relativos no índice sintetizador foram atribuídos à "proporção da PEA com rendimento menor ou igual a um salário mínimo" e à "proporção de pessoas de 10-14 anos não alfabetizadas". Contribuições também importantes, mas ligeiramente inferiores, foram encontradas para a "razão de

dependência", "número médio de moradores por domicílios" e "proporção de domicílios com coleta de lixo".

Entre as condições de saneamento, o indicador da adequação da coleta de lixo mostrou-se mais diferenciador do padrão de vida nas Regiões Metropolitanas do que o referente ao abastecimento d'água, com pesos em valor absoluto respectivamente iguais a 0,82 e 0,56. Os sinais

negativos indicam as correlações de sentido inverso destes indicadores com o índice da qualidade de vida.

A variável original de menor contribuição ao índice sintetizador é o "número de habitantes por leito de internação".

O primeiro componente principal tomado como índice sintetizador foi, então, utilizado para comparação entre os padrões de vida nas

nove Regiões Metropolitanas. Ordenadas segundo este índice, os resultados estão na **Tabela 30**. Fortaleza e Recife estão no extremo positivo, exibindo as piores condições de vida e são seguidas por Belém e Salvador. No extremo oposto estão São Paulo e Porto Alegre. Estas regiões superam Curitiba e Rio de Janeiro, e a nível intermediário, encontra-se Belo Horizonte.



TABELA 28
INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA. REGIÕES METROPOLITANAS. 1987

INDICADORES	BELÉM	FORTALEZA	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	CURITIBA	PORTO ALEGRE
Razão de dependência (%)	63,8	64,6	65,6	64,9	60,9	52,6	54,4	59,2	54,6
Proporção de pessoas de 10 a 14 anos não alfabetizados	10,5	17,2	20,4	10,5	5,0	5,1	2,5	2,1	4,0
Taxas de atividades (%)	52,5	56,1	50,3	54,3	57,6	55,3	58,7	58,5	59,8
Proporção da PEA com rendimento médio mensal menor ou igual a 1 salário mínimo	27,8	40,1	34,5	26,0	26,3	23,7	10,9	14,5	15,7
Proporção de domicílios com abastecimento d'água ligado a rede geral (%)	88,5	71,3	90,7	93,3	93,3	84,8	96,6	89,3	92,3
Proporção de moradores em domicílios com lixo coletado regularmente (%)	77,5	57,9	64,5	69,8	61,7	71,7	94,8	82,5	81,0
Número médio de moradores por domicílio	4,9	4,6	4,6	4,5	4,3	3,7	3,9	4,0	3,6
Número de habitantes por leito	323,9	229,8	220,1	174,9	233,8	199,9	321,8	198,3	234,9

TABELA 29
PESOS DOS INDICADORES ORIGINAIS NO ÍNDICE SINTETIZADOR DE QUALIDADE DE VIDA

INDICADOR	PESOS
Razão de dependência (%)	0,87261
Analfabetismo (10-14 anos) (%)	0,92812
Taxas de atividade (%)	-0,77794
PEA com rendimentos menor que 1 SM (%)	0,96553
Abastecimento d'água (%)	-0,55517
Lixo coletado (%)	-0,82318
Nº de moradores/domicílio	0,84033
Habitantes/leito	-0,20361

TABELA 30
ÍNDICE SINTETIZADOR DE QUALIDADE DE VIDA PARA AS REGIÕES METROPOLITANAS ORDENADOS SEGUNDO SUAS MAGNITUDES.

REGIÃO	ÍNDICE
São Paulo	-1,41
Porto Alegre	-1,10
Curitiba	-0,74
Rio de Janeiro	-0,43
Belo Horizonte	0,01
Salvador	0,48
Belém	0,56
Recife	1,28
Fortaleza	1,36

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Comwell Systems Inc. PC-Globe. Copyright 1989.
2. FIBGE — Anuário Estatístico do Brasil. 1985.
3. FIBGE — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Suplemento Situação do Menor. 1985.
4. FIBGE — Estatística de Saúde. 1980 a 1987.
5. FIBGE — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Regiões Metropolitanas. 1987.
6. FIBGE — Perfil Estatístico de Crianças e mães no Brasil, sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes, 1981, 1983 e 1986 — FIBGE, Rio de Janeiro. 1988.
7. Martine, G, Camaranom A.A. et al. — A Urbanização no Brasil: Retrospectiva, Componentes e Perspectivas. **Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Olinda. 1988.
8. Ministério da Saúde — Estatísticas de Mortalidade, Brasil, 1977 e 1985. Brasília.
9. Rocha, S. e Villela, R. — Caracterização da subpopulação pobre metropolitana nos anos 80 — Resultados de uma análise multivariada. **R. Bras. Econ.44** (35-52). 1990.
10. Rossini, RE. — A migração como expressão da crescente sujeição do trabalho ao capital. **Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Águas de São Pedro. 1986.
11. Sawyer, DO, Castilha, RF, Monte-Mor, RIM, — The impact of urbanization and industrialization on mortality in Brazil. **World Health Statistics Quartely**. 40(84-85). 1987.
12. Simões, CC. — Novas estimativas da mortalidade infantil. In: **Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil. Mortalidade infantil e saúde na década de 80**, FIBGE, Rio de Janeiro. 1989.
13. Singer, P. — **Economia Política da Urbanização**. Ed. Brasiliense CEBRAP. São Paulo. 1975.
14. Szwarcwald, CL, Castilho EA e Pinto, CB. — Características da mortalidade no Estado do Rio de Janeiro 1977/86. In: **Perfil estatístico de crianças e mães na década de 80**. FIBGE, Rio de Janeiro. 1989.
15. WHO — World Statistics Annual. 1988.

NOTA DA REDAÇÃO: Excepcionalmente, junto com este número da **Dados** não está sendo enviada a "Tabuada da Aids", atualizando os números relativos à evolução da doença no Brasil e no mundo, como ocorreu nos números anteriores. O Centro de Informações para a Saúde (CIS) e o Programa RADIS se comprometem, no entanto, a enviar a "Tabuada" na próxima edição da **Dados**, mantendo sua atualização de forma periódica e coincidente com a saída da revista.

radis
REUNIÃO, ANÁLISE E DIFUSÃO
DE INFORMAÇÃO SOBRE SAÚDE

dados

EXPEDIENTE

A **Dados** é um Órgão Oficial da **Fundação Oswaldo Cruz**, editado pelo **Programa Radis** (Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde) desenvolvido pela **Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp)**.
Presidente da Flocruz: Hermann Schatzmayr; **Diretor da Ensp:** Paulo Marchiori Buss; **Coordenador do RADIS:** Ary Carvaiho de Miranda; **Coordenadora da Dados:** Célia Landmann Szwarcwald; **Jornalista Responsável pela Edição:** Alvaro Nascimento; **Jornalistas Redatores:** Rogério Lannes e Jane Paiva; **Jornalista Ilustrador:** Carlos Xavier (Caco); **Secretária:** Jandira Vilhena; **Aux. Administrativos:** Marco Antonio Aguiar e Marisa Aguiar; **Diagramação:** Janio Costa
Tiragem: 40 mil exemplares; **Periodicidade da Dados:** quadrimestral; **Distribuição:** Direta, via correios; **Assinatura:** Grátis, em conjunto com o PROPOSTA-Jorna' da Reforma Sanitária, SUMULA e TEMA

PROGRAMA RADIS: Av. Brasil, 4036 salas 509, 511, 513, 515 CEP 21 040 - Manguinhos - Rio de Janeiro RJ - Brasil Tel: (021) 590-9122 Ramais 286 e 288 e 260 7979 Telex FUOC 21-23239 Fax 280-8194 (Ensp)

Esta publicação foi elaborada por Célia Landmann Szwarcwald e Euclides Ayres de Castilho, do Centro de Informações para a Saúde da Fundação Oswaldo Cruz.